

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

ASPECTOS SOCIAIS DA VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

PREFÁCIO DE GILBERTO FREYRE

INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SÓCIAIS

PUBLICAÇÕES AVULSAS N.º 1

RECIFE - 1955

O INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS
EDITA TRÊS SÉRIES DE PUBLICAÇÕES: **BOLETIM** (ANUAL);
MONOGRAFIAS (EM SUPLEMENTO AO BOLETIM); **PUBLI-**
CAÇÕES AVULSAS (CONFERÊNCIAS, ETC.). DIRETOR DO
INSTITUTO: ANTONIO CAROLINO GONÇALVES (SUBSTITU-
TO). RESPONSÁVEL PELAS PUBLICAÇÕES: RENÉ RIBEIRO
AV. 17 DE AGOSTO Nº 2187 - CALDEREIRO - RECIFE, BRASIL.

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

ASPECTOS SOCIAIS DA VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

PREFÁCIO DE GILBERTO FREYRE

INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS

PUBLICAÇÕES AVULSAS N.º 1

RECIFE - 1955

*Arq.
358.934
2376*

PREFÁCIO

VENHO insistindo há anos na necessidade de dar-se a uma cultura da extensão ecológica da brasileira, articulação interregional. Somos hoje um conjunto de culturas regionais ou sub-regionais a constituírem um dos mais vastos sistemas nacionais não só da América como do mundo.

Não convém, entretanto, perdermos de vista, sob o orgulho do todo nacional que constituímos, a importância das regiões que concorrem para êsse sistema já estável de organização de populações dispersas e de suas economias e culturas. É até perigo deixarmos de considerar o que há de interregional nessa organização, quer para efeitos práticos de administração, quer para os platônicos, de estudo do que ela é e de meditação ou cogitação sobre o que deve ser. Perigoso porque pode a ilusão de sermos cultura ou nação monolítica em seu modo de ser cultura ou de ser nação levar-nos a erros tremendos — econômicos, políticos, administrativos; e também a falsas interpretações sociológicas da chamada realidade brasileira, que é uma realidade complexa sob a aparência de simples.

O historiador Artur Cesar Ferreira Reis é especialista já antigo no estudo não só histórico-econômico como histórico-social de uma das mais importantes regiões brasileiras: a amazônica. Mas especialista em matéria regional que não se esquece nunca do conjunto nacional a que ela pertence, não apenas como paisagem mas como história, como cultura, como resposta, primeiro portuguesa, depois lusobrasileira, ao desafio, ao homem civilizado, da selva mais agrestemente tropical com que se tem defrontado um povo moderno em qualquer parte do mundo.

A Amazônia é, com efeito, o espaço tropical mais extenso a ser dominado ou domesticado pelo homem civi-

lizado — pensam tropicalistas como Earl Parker Hanson que junta, aliás, a sua voz à de Cary P. Haskins no elogio ao mestiço brasileiro da região amazônica e de outras áreas tropicais do Brasil. Ao mestiço e ao indígena, ao qual o autor de *The Amazon* insiste em atribuir a dádiva à civilização moderna de valores vegetais — vegetais e médicos — como a quinina, a cocaína, a borracha, parecendo assim não participar das dúvidas que vem experimentando o jovem e já distinto antropólogo-social, nosso compatriota, Eduardo Galvão, quanto a considerar-se herança cultural indígena “o complexo de ervas medicinais”, é claro que colorido pela intervenção européia numas áreas e, talvez, pela africana junto com a européia, noutras.

Historiador atento ao fato econômico tanto quanto ao político, ao traço social tanto quanto ao cultural, da formação brasileira da Amazônia que nos pertence, Mestre Artur Reis é um estudioso das populações e paisagens lusoamazônicas, cujo conhecimento do extremo Norte do nosso País, revelado já em obras notáveis, vem ganhando ultimamente em objetividade através do exercício de funções administrativas que para ele estão longe de ser apenas burocráticas: as de Superintendente Geral do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. São funções que Artur Reis vem exercendo à sua maneira de homem consciencioso e objetivo, escrupuloso e lúcido: pondo-se continuamente em contacto com aquelas populações e com aquelas paisagens. Com as suas necessidades, os seus problemas e as suas condições atuais de vida.

Convidando-o a ser um dos conferencistas deste ano, o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (cuja área de domínio científico, estendendo-se ao Norte agrário inteiro, da Bahia ao extremo Norte, inclui a Amazônia brasileira: a sua comunidade agrária) associou, oficialmente, ao seu esforço um brasileiro já identificado pelo espírito, pelas preocupações e pelos trabalhos de historiador social, com o programa de estudos do jovem Instituto: estudos não apenas regionais como principalmente interregionais e intraregionais.

GILBERTO FREYRE

Apipucos, 1955

A AMAZÔNIA, para toda gente, é o espaço que se assinala no quadro político brasileiro pelos Estados do Amazonas e Pará e Territórios Federais do Amapá, Rio Branco, Guaporé e Acre e caracterizado, de um lado pela bacia hidrográfica do Amazonas e de outro pela cobertura florestal sem par. Como espaço geográfico, porém, essa limitação política não está certa. Porque deve incluir outras áreas que não integram o Brasil, componentes que são dos quadros políticos do Perú, da Bolívia, do Equador, da Venezuela e da Colômbia. E como caracterização? Serão bastantes a rede hídrica e a cobertura florestal?

O professor Eidorf Moreira, em magnífico ensaio sobre o "Conceito da Amazônia", passando em revista as características por que se tem pretendido dar forma material ao que seja a Amazônia, examinou os conceitos hidrográfico, botânico, político e econômico e os critérios delimitativos de ordem administrativa ou legal. E lembrando que o "homem não é um elemento paisagístico acrescido à paisagem, uma sorte de acessório destinado a orná-la ou completá-la", o que o levaria a constituir apenas "uma expressão decorativa", mas "o fator geográfico por excelência e isso tanto pelas suas atividades como pela sua própria condição, tanto pelo que realiza como pelo que é", mostrou que, para definir a região não era possível desatender à presença do homem nas suas funções de ser político, econômico, cultural. As fronteiras

que se quisessem atribuir à Amazônia para justá-la a êste ou aquêlo quadro e defini-la dentro de tal quadro, não podiam ser fronteiras que o ignorassem na unidade cultural que representa.

A Amazônia não será, portanto, apenas, uma área definida pela bacia hidrográfica do Amazonas ou pela floresta equatorial imensamente grande, mas, também, pela presença de uma sociedade que se distinguiria pela unidade de cultura, representada, ponderantemente, nas atividades sociais e econômicas que realiza. Ora, para efeito de interferência da União na execução de programas de ação política, visando recuperar a região para enquadrá-la no processo de civilização que dá côr a outras áreas do país, criou-se uma Amazônia que não é aquela tradicional, a que me referi, mas uma Amazônia legal, que o diploma 1.806, de 6 de janeiro de 1953 assim dispôs: "Artigo 2º — A Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico e execução do Plano definido nesta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Pará e do Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco, e ainda a parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16º, a do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13º e a do Maranhão a oeste do meridiano de 44º."

Para agir com tamanha largueza, o legislador ordinário teve em mira atender a condições particulares de vida das populações do mencionado trecho do território brasileiro, condições de vida que lhes asseguram certa unidade cultural. Não restringiu a sua atenção àquele mundo caracterizado apenas pela bacia hidrográfica e pela cobertura florestal. Dirigiu-a, de preferência, para a situação econômica de largo trecho da pátria, marcada pela presença de uma sociedade de condições de vida precárias. Ademais, as populações que compõem essa sociedade não atuam em ambiente físico de todo estranho ao espaço tradicionalmente amazônico. No norte de Mato Grosso e de Goiás, há águas da bacia do Amazonas, representadas pelos rios Tocantins, Madeira e Xingu e res-

pectivos afluentes. No caso particular do Maranhão, se as águas que molham a região não pertencem à rede amazônica, a floresta fechada, tropical, típica, é uma de suas marcas visíveis e profundas. Em consequência às populações que ali se nuclearam bem podemos classificar como amazônicas, para efeito de cumprimento da lei.

A Amazônia brasileira, assim ampliada, compreende cerca de dois terços da área total do Brasil, isto é, . . . 5.030.109 quilômetros quadrados.

Sua população atinge os 3.549.389 habitantes, que se distribuem politicamente, por 209 unidades municipais. A densidade humana apresenta-se assim, ínfima: 0,7 habitantes por quilômetro quadrado. A área de maior adensamento é particularmente a maranhense, estimada em . . . 1.260.564 habitantes. No Pará, a sub-região mais intensamente ocupada concentra-se ao longo da ferrovia bragantina, sobre que acaba de fazer, para a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, amplo estudo, o sr. Ernesto Cruz. Vivem ali, dos 1.123.273 habitantes do Pará, 200.000 indivíduos.

O legislador constituinte de 1946, à influência das idéias de que o Brasil se afundava pela diversidade de condições da vida cultural, material e espiritual das regiões em que mais predominantemente costumamos dividir o país, não hesitou pois em determinar a promoção de uma política que pusesse fim a essas distâncias, que criavam situações profundamente tristes e promoviam desajustamentos perigosos à própria estabilidade da pátria. Amazônia e Nordeste por serem justamente aqueles que se apresentavam em inferioridade mais gritante, foram as duas áreas sobre que desceu a vista do constituinte. O artigo 199, do Código maior, estabeleceu, com relação à Amazônia, que, "na execução do Plano de Valorização Econômica a União aplicará, durante, pelo menos, vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária". Os Estados e Municípios da região contribuiriam com igual porcentagem. Como cumprir esse objetivo do legislador constituinte?

* * *

A conquista de um espaço geográfico significa o domínio alcançado pelo homem no uso dos meios técnicos de que dispõe, de sua capacidade realizadora, de sua vontade de trabalhar sobre o meio físico que utiliza, afeiçoa às suas necessidades, alterando-lhes as características ou delas mesmas tirando os recursos de que carece para os seus programas de trabalho, de vida. É certo que, nesse afã, o homem muitas vezes cede a certos imperativos do meio ambiente, a eles se rende, conforma-se. Então, estamos diante de um êxito parcial ou de uma acomodação, em que as forças da natureza, em sua forma primária, e as forças que o homem representa se associam, ajustam, equilibram-se. De qualquer modo, há um domínio do homem que, sãbiamente, utiliza os elementos naturais.

No caso da Amazônia, terá ocorrido a conquista, pelo homem, do espaço geográfico, representado êsse espaço não só no que êle significa como meio físico puro, mas também como área de possibilidades, de riquezas em potencial? O domínio teria sido verificado em sua totalidade ou só parcialmente? Aquelas forças primárias da natureza terão sido um imperativo a que êle se haja reunido? A adaptação, o equilíbrio, seriam uma ocorrência fortuita ou uma constante ponderável? Ou nos defrontaremos com um insucesso valendo como experiência fracassada?

A Amazônia é parte integrante do imenso mundo tropical que, na Sul América, representa grande parte de seu conteúdo espacial. Conforma-a uma rede hídrica sem igual e um conjunto florestal que não encontra também, nem mesmo na África, área de revestimento semelhante, em densidade, em variedade de espécies. Há ali uma alta pluviosidade. Os trechos de várzea, terras banhadas e adubadas na fase das cheias dos rios, são as preferentemente utilizadas para as tarefas da agricultura de subsistência e de juta. As chamadas "terras firmes", "terras

altas", isto é, aquelas que não são lavadas ou atingidas nas enchentes, representam, no momento, um campo aberto para as atividades predatórias da economia de base coletiva. As terras de várzea são utilizadas, porém, nas épocas de baixadas das águas. As terras firmes são indicadas como impróprias aos empreendimentos agrícolas. As manchas de campo natural não vão além dos 20% da área. A floresta é fechada e heterogênea, o que significa empresa difícil à sua exploração racional, em profundidade, e de resultados econômicos satisfatórios.

A Amazônia é ainda um paraíso para os naturalistas, quando estes se voltam para a zoogeografia. O clima é quente e úmido. Água e floresta, aquela representada nos rios, igarapés, furos, lagos, paranás, dão a impressão, realmente, de um mundo ainda em formação, confirmando o pensamento euclidiano. Conformam, fundamentalmente, a região.

Espaço tropical em que floresta e água são assim a constante da paisagem física, a Amazônia, seja aquela clássica a que estamos habituados, seja esta legal de hoje, tem sido empresa difícil para os triunfos do homem.

Não queremos deter-nos aqui nos grupos de primitivos que nela viviam, à época da chegada dos luso-brasileiros e dos ingleses e holandeses que a pretenderam conquistar, ou nela ainda vivem, dispersos em pequenos núcleos que procuramos incorporar defendendo-lhes a cultura material e espiritual e assegurando-lhes direitos à existência. Esses primitivos viveram identificados com o meio físico, dele tirando, com os poucos recursos técnicos de que dispunham, quanto lhes era indispensável ao diário. Não o alteraram nem o disciplinaram à sua vontade. Foram profundamente telúricos. Legaram, no entanto, aos ádvenas que pretenderam substituí-los, escravizando-os ou com eles mesclando, um imenso acervo de cultura, que ainda não foi estudado em toda sua extensão, mas que significa o grau de adaptabilidade ao meio e de utilização dele, legado que os ádvenas receberam e utilizaram com tal intensidade que, ainda nos dias que correm, cons-

tituem, na região, o fundamento cultural da vida. Todo um vasto acêrvo de usos e costumes que vão das coisas domésticas mais íntimas, alimentação, transporte, técnicas de trabalho na floresta e nas águas, às atitudes de grupo como o episódio da Cabanagem e os mutiruns, os dansarás que tanto definem as sociedades caboclas regionais.

Esses primitivos, acomodados ao meio, a êle ajustados, foram, não há negar, triunfadores a seu modo. O que queremos abordar aqui, agora, é, porém, a presença do ádvena, como tal entendido o europeu de base lusitana, o mestiço brasileiro do nordeste, o mestiço da própria região, e os pequenos núcleos de europeus e não europeus que também chegaram à Amazônia pretendendo amansá-la.

Antes dos portugueses, compareceram seus concorrentes ingleses e holandeses. Vieram seduzidos pela miragem do mundo novo que se estava revelando na Sul-América. Penetraram o Amazonas, alcançando o Tapajós. Levantaram pequenos estabelecimentos militares e núcleos de ocupação mercantil. Serviram aos interesses de organizações privadas com sede na Inglaterra e na Batávia. Exploraram a região ao longo da costa atlântica, no que é hoje, ali, o Território do Amapá. Colheram a especiaria local, em particular o urucu. Pescaram e exportaram o peixe-boi. Plantaram, com o trabalho negro que introduziram, cana e tabaco. Fabricaram rum e açúcar.

À chegada dos luso-brasileiros, vindos do nordeste ou da própria península, não ofereceram resistência maior. Cederam, de certo modo, fãcilmente. A ocupação portuguesa processou-se em consequência, com certa rapidez, embaraçada aqui e ali pelos grupos gentios ou pela própria aspereza do ambiente. Êste causara-lhes o maior espanto e lhes parecera qualquer coisa de infinitamente rico. Floresta e águas davam-lhes a impressão de que possibilitariam a restauração do Reino na sua dignidade econômica, comprometida pelas perdas que começavam no império do Oriente.

O que foi o esforço realizado em dois séculos pela gente lusitana no seu propósito de conquistar a terra, cri-

ando uma nova área de trabalho e de civilização, consta, nas suas linhas centrais, de um livro que escrevi há cêrca de 15 anos — “A Política de Portugal no Vale Amazônico”, que Gilberto Freyre assinalou, em suas páginas sôbre “O mundo que o Português criou”, como uma contribuição interessante que, permitindo a comparação com o mesmo esforço em outros trechos do Brasil, ajudaria a compreender a unidade que distinguia a ação portuguesa colonial.

Esse esforço criador processou-se sem cessar. Nêle intervieram autoridades civis, militares e eclesiásticas, os missionários franciscanos, carmelitas, jesuitas e mercedários, colonos de tôda espécie, desde o imigrado dos cárceres portugueses aos casais de ilhéos açorianos que vieram trazer seiva para trabalho nas fronteiras ou na própria hinterlândia. As espécies animais e vegetais nativas foram colhidas e levadas ao giro mercantil. Espécies alienígenas, trazidas de Cayena, do Oriente, da própria Europa portuguesa, sofreram a prova experimental. Foi o caso do café, da fruta pão, do cânhamo, da juta, das peras, maçãs, etc. Durante mais de um século fez-se, no entanto, a exploração pura e simples da natureza. Fez-se o saque. O homem, sem piedade, espalhando-se ao longo dos cursos fluviais, abateu árvores e animais, coletou a especiaria, que êle denominou de “drogas do sertão”. Empreendimento predatório. De Lisboa, para conter o abuso, decretou-se farta legislação, que ninguém cumpria, procurando disciplinar essa empresa econômica destrutiva.

Do Consulado de Pombal em diante, começou a modificar-se o panorama. É certo que não se alterava a situação da noite para o dia. Vinha já alguma coisa do século anterior. Ativou-se, porém, sob o consulado do Marquês. Então, cacáu, café, algodão, cana, mereceram grandes incentivos como agricultura assistida. O gado vacum e cavalar, introduzido no Marajó, no Rio Branco e no Baixo Amazonas, os pesqueiros reais, os pequenos estabelecimentos industriais para o aproveitamento da matéria prima

local, entraram nas cogitações gerais, dando à paisagem econômica regional uma nova côr, côr viva, que significaria intensidade de ação criadora.

Os grupos que intervieram nêsse primeiro período da vida amazônica e a que devemos acrescentar partidas de africanos, em quantidade pouco apreciáveis, não eram suficientes. Miscigenaram a valer portugueses e gentios. Criaram o tipo mestiço do caboclo, afeito ao meio, nêle integrado, mas na condição social de verdadeiro marginal. Vivendo às beiradas dos rios, nos sítios, nos pontos de pesca, nas fazendas de criar. Sem a posse da terra. Mas a ela agarrado. Com ela identificado de tal sorte, provocando um volume crescente tão ponderável que não era possível realizar qualquer tarefa sem que dela participasse. Substituindo o "tapuio", o caboclo foi canoeiro, pescador, operário das selvas, guia de expedições, soldado das unidades militares de terra e mar. Deve-se-lhe o início da investida sôbre a floresta para o corte das árvores lactíferas. Sem exteriorizações gritantes, teatrais, antes parecendo um ausente, era dócil, sem ser covarde. Nas horas de exaltação coletiva mostrou-se um guerreiro tão bom como os das outras áreas sociais brasileiras. Lutou pela independência, nos entreveros posteriores do primeiro império e do período regencial. Revelou-se ardoroso, combativo, disposto às maiores façanhas: Cabanagem e Balaiada são caracterizações bem expressivas dêsse estado d'alma.

Não me estou referindo, e falando em Balaiada deixei isso bem claro, apenas àquelas sociedades que se constituíram ao longo dos cursos amazônicos. Cubro aqui, também, os vários grupos que se instalaram ou se organizaram e desenvolveram na Amazônia maranhense e na de Goiás, isto é, do oeste do Maranhão e do norte de Goiás, mestiços como os da Amazônia clássica. Êstes últimos, partindo do sul do Pará, de certo modo se distanciaram do núcleo gerador sulino, do Brasil central, mais e mais se vinculando às sociedades tradicionalmente amazônicas que caminhavam pelo Tocantins. De tal modo perdendo o

contacto com os núcleos do governo goiano que, à época da independência, pensaram em separar-se constituindo unidade política à parte.

Os grupos de goianos eram uma consequência da expansão realizada com o objetivo da exploração do ouro. Esgotados os filões, de faiscadores, de mineradores, os seus integrantes transformaram-se em criadores de gado ou coletores de especiaria.

Na zona maranhense, os ensaios de agricultura e criação do gado, sucedendo à mera coleta de cravo e outras especiarias nativas, deram permanência às populações que se desenvolviam, todavia, sem grande relêvo. A maior parte da área estava por ocupar ou mesmo por identificar pela simples presença do pioneiro.

Com relação ao norte de Mato Grosso, pode-se afirmar que permanecia, no chamado período colonial, inteiramente desocupado. Fôra percorrido rapidamente por bandeirantes paulistas. Nenhum esforço se fizera, contudo, visando criar situações permanentes. Os rios de entrada eram os da bacia amazônica, mais acessíveis ao arrepio da corrente que partindo das nascentes. A ocupação ia ser uma operação mais próxima de nós, como sucederia com a maior parte do resto do Maranhão.

Nenhuma dessas sociedades amazônicas transformou-se devidamente com o decorrer dos tempos. Não podemos falar, é certo, em retrocesso nem em paralização. Não podemos falar, no entanto, em alteração de suas condições, pelo menos alterações ponderáveis. Porque não lhes deram nem elas buscaram padrões de vida mais dignos. Não melhoraram nas respectivas técnicas de trabalho. São impressionantes os quadros de Barbosa de Oliveira e Júlio Paternostro sobre as populações do norte de Goiás, no estado de inferioridade cultural que apresentam. Progrediram, isso sim, no quantitativo, fôsse pelo crescimento vegetativo, fôsse pelo enriquecimento que decorreu da entrada de contingentes vindos de outras áreas nacionais ou mesmo de contingentes alienígenas. Aqueles representados pelos nordestinos, cearenses em particular, que, tan-

gidos de seu habitat pelo fenômeno das sêcas, procuraram refúgio na Amazônia clássica e na maranhense. Ou representados pelos elementos goianos, do sul, mineiros e baianos que buscavam a área amazônica de Goiás, ou matogrossenses do sul, que avançavam em direção ao Mato Grosso Amazônico.

Os contingentes nordestinos começaram a chegar na sexta década do século XIX. Constituíram o contingente de maior expressão. Não temos levantamentos estatísticos que nos autorizem o conhecimento de quantos foram. O que se pode afirmar, seguramente, é que não se estabeleceram nas cidades. Antes penetraram os altos rios da Amazônia clássica. Cursos fluviais como o Tapajós, o Xingu, o Madeira-Mamoré-Guaporé, o Purus-Acre, o Juruá, o Jari, o Jutai, foram uma conquista deles, que os subiram e lhes exploraram as margens na sangria incontida às madeiras lactíferas. O Acre é uma realização que lhes devemos, como empresa econômica, social e política. Inclusive política, materializada nos feitos militares que o garantiram para a soberania brasileira.

Mestiços, os nordestinos trouxeram para a Amazônia uma contribuição magnífica, quantitativa, sem que, todavia, houvessem modificado a paisagem com um maior domínio sobre o meio geográfico. Adaptando-se-lhe, como os caboclos nativos, aceitaram-no na agressividade por que o encontraram. Foram atuantes em uma frente de batalha interna que lhes custou centenas de vidas na luta que sustentaram contra a floresta, criando o ciclo da borracha silvestre. Marcaram um momento singular na história econômica do país. Asseguraram à região uma projeção ímpar nos quadros da riqueza nacional. Agentes, porém, como os caboclos nativos, que não lhes embaraçaram a penetração, com eles confraternizando, e a cujos ensinamentos como autênticos sabedores dos segredos do meio ambiente recorreram sempre, agentes, dizíamos, de uma economia destrutiva, de exploração pura e simples do que a natureza estava proporcionando, não contribuindo para assegu-

rar transformação do novo espaço, a que se submetiam, ao invés de dominá-lo.

Os elementos alienígenas foram representados por pequenos contingentes de franceses, suíços, espanhóis, italianos e norte-americanos, a que se vieram juntar agora, com maior expressão quantitativa e cultural, os japoneses. Os primeiros, trazidos pela iniciativa oficial ou de organizações privadas, não obtiveram êxito. Defrontando o ambiente bárbaro, não se comportavam bem. Faltava-lhes o sentido pioneiro, necessário para a empresa, dura, realmente. Nem mesmo os norte-americanos, que fugindo à vitória do norte, na guerra de secessão, pois eram sulistas e tentaram um estabelecimento agro-industrial nas cercanias de Santarém.

Quanto aos japoneses, a princípio trazidos por organizações privadas e localizados no Amazonas e no Pará, chegam hoje em maior número para as colônias que se organizam no Pará, Amazonas, Guaporé e Amapá. Devemos-lhes a iniciativa da cultura da juta e da pimenta do reino.

O quadro das sociedades amazônicas, integrado por tais parcelas humanas, é um quadro que não expressa bem estar. Os altos e baixos de seu desenvolvimento têm estado à mercê das flutuações dos mercados consumidores de matéria prima regional. O regime das terras é o latifúndio, mercê do processo econômico vigente, baseado fundamentalmente na exploração da floresta. A pequena propriedade, que signifique a existência do lavrador constante, não tem significação como unidade econômica. Representa muito pouco na criação de riqueza e do tipo social do rurícola. Há, em verdade, exceções aqui e ali. A zona bragantina, os trechos que circundam Manáus, já vivem na base de um trabalho menos aventureiro. Embora não representem um marco ponderável constituem, é claro, uma experiência bem sucedida.

O censo de 1950, nesse particular, serve como um retrato nítido da situação. Assim, em dez trabalhadores, três ocupavam-se do extrativismo, contrastando com o res-

tante do Brasil, onde a proporção é de três extrativistas para cem. No Acre, por exemplo, 60% da população economicamente ativa entrega-se ao extrativismo; no Guaporé, 46%; no Amazonas, 37%. Borracha, castanha, babaçu, constituem o fundamento maior da atividade econômica. A renda per capita, em 1952, segundo o inquérito da Fundação Getúlio Vargas, vamos a mais este exemplo, estava assim distribuída: Amazonas — Cr\$ 3.099,00; Pará — Cr\$ 2.714,00; Maranhão — Cr\$ 1.578,00; Mato Grosso — Cr\$ 3.841,00; Goiás — Cr\$ 2.726,00. O inquérito no tocante a Mato Grosso, Goiás e Maranhão, cobria a população de todo o Estado. Sabendo-se que os grupos que vivem na área amazônica desses Estados são justamente os mais pobres, deve-se considerar que aquelas percentagens, quanto a eles, devem ser mais baixas.

O legislador de 1952, votando o texto que é hoje a lei 1.806, de 6 de janeiro de 1953, não se mostrou desatento às condições sociais da Amazônia ao fixar as diretrizes centrais dos objetivos que tinha em mira alcançar para a valorização regional. E especificou, no artigo 7º, letra h: "Estabelecer uma política demográfica que compreenda a regeneração física e social das populações da região, pela alimentação, a assistência à saúde, o saneamento, a educação e o ensino, a imigração de correntes de população que mais convenham aos interesses da região e do País, e o agrupamento dos elementos humanos da região ou de outros Estados em áreas escolhidas, onde possam constituir núcleos rurais permanentes e desenvolver a produção econômica".

A Comissão de Planejamento, fixando, posteriormente, a filosofia do plano que elaborava e procurando assegurar uma inteligência exata do pensamento do legislador, concebeu a valorização como sendo um esforço nacional para: "a) — assegurar a ocupação territorial da Amazônia em um sentido brasileiro; b) — construir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressista e que seja capaz de, com seus próprios recursos, prover a execução de suas tarefas sociais; c) — desenvolver a

Amazônia num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira."

Os aspectos sociais não é que trouxessem, como já se pretendeu, criticando-nos, uma ponderância maior sobre os econômicos propriamente ditos, isto é, aqueles dizendo com o melhor aproveitamento dos recursos naturais e quanto à iniciativa privada pelo fornecimento de recursos em dinheiro, o incentivo à lavoura e à pecuária, o equipamento e o melhor encaminhamento dos transportes. Pela importância de que se revestiam, não podiam, porém, deixar de ser atendidos com certa ênfase, que não significava em absoluto desatendimento às prioridades que os outros deviam ter nas soluções que planejavamos.

Porque era preciso dar saúde ao homem e instrução técnica para que pudesse ser realmente aquele fator preponderante para o empreendimento de recuperação econômica que imaginávamos ver realizado e não apenas aquele relêvo paisagístico a que se referiu o professor Eidorf. E dar saúde e aparelhá-lo com uma melhor técnica não era operação fácil. Exigia não apenas os recursos em dinheiro, mas todo um vasto trabalho de campo, através de pessoal qualificado e abundante, e o concurso do próprio elemento humano que devia ser beneficiado. Ora, se à primeira vista isso pode ser tido como empresa fácil, na realidade não o é. Mudar uma técnica de trabalho, alterar uma dieta alimentar, criar uma mentalidade orientada nesta ou naquela direção, fundamental na obra da valorização, não está apenas na vontade dos planejadores ou dos que tiverem a seu cargo a realização material da operação. Há necessidade, para obter êxito, de um esforço em que o fator tempo é importante.

Vejamos um exemplo: Ford, quando iniciou a formação de seu seringal em Fordlândia e posteriormente em Belterra, tentou modificar os hábitos alimentares dos trabalhadores que empregara. Deu-lhes novas condições de vida: casas teladas, com esgotos, água encanada e purificada e, às refeições, uma nova dieta — leite, legumes,

frutas, abolindo o álcool, as farinhas de uso regional, os pobres pratos da cozinha local. O resultado foi o levante dos trabalhadores que desejavam liberdade para manter-se fiéis aos seus costumes alimentares. Hoje, mais de vinte anos decorridos, êsses mesmos trabalhadores bebem leite, comem legumes e frutas. Em Fordlândia e Belterra, em consequência, o índice de mortalidade é praticamente nenhum.

Para transformar as condições sociais vigentes, transformação que tem de contar com o fator tempo, a Comissão de Planejamento da Valorização Econômica da Amazônia, no primeiro Plano Quinquenal, programou uma política do mais longo alcance, nos setores de saneamento e desenvolvimento cultural.

No setor de saúde: "1) — Serviços básicos de saneamento (construções de serviços de esgoto, abastecimento de água e melhoria das condições higiênicas das habitações na zona rural). 2) — Serviços de Assistência Médico-Sanitária (construção de uma rede de hospitais gerais e maternidades, assim como postos de higiene; serviço de assistência obstétrica domiciliar, que compreenderá assistência às parturientes das áreas não servidas por maternidades; amparo ao Serviço Especial de Saúde Pública). 3) — Campanhas contra doenças transmissíveis (malária, esquistossomose, doença de Chagas, filariose, tuberculose, desenvolvimento das atividades de combate à lepra, intensificação das campanhas de combate às doenças venéreas, boubas, tracoma, leishmaniose, helmintoses em geral e outras endemias). 4) — Serviços de assistência (alimentação de lactentes, gestantes e mães nutrizes, suplemento alimentar aos pré-escolares e escolares, iodetação do sal de cozinha em áreas de alta incidência do bócio). 5) — Pesquisas de interesse médico sanitário (realização de inquérito sanitário municipal, pesquisas e inquéritos quanto à incidência e distribuição das doenças de maior prevalência e prosseguimento dos trabalhos de investigação sobre malária, filariose, leishmaniose, doença de Chagas, brucelose, esquistossomose, orientados no sentido de profilaxia

e tratamento). 6) — Serviços de bio-estatística, propaganda e educação sanitária (reaparelhamento e operação dos serviços de bio-estatística e desenvolvimento de amplo programa de propaganda e educação sanitária)."

No setor de desenvolvimento cultural: "a) — preparação de pessoal técnico necessário à transformação dos usos e costumes no tocante às atividades econômicas, pessoal de nível superior e pessoal de nível médio; b) — missões rurais que levem às populações do interior e às professoras dêsse mesmo interior conhecimentos que lhes permitam uma vida mais digna, pelo conhecimento de técnicas úteis na região onde vivam e de certas atitudes essenciais à existência em sociedade; c) — escolas de iniciação profissional, ligadas ao meio ambiente onde forem localizadas, como sejam, escolas de pesca, de artífices de construção naval, de trabalhadores florestais; d) — organização do livro de ensino primário e médio, elaborado de acôrdo com a região, isto é, as peculiaridades regionais, de modo a criar uma mentalidade identificada com as possibilidades, as realidades e as perspectivas futuras da Amazônia, como parte integrante do Brasil.

Quando planejou a política de colonização, a mesma Comissão não deixou de atender também àquelas condições particulares do homem regional. As colônias projetadas deverão, por isso, congregar as populações já existentes na área e as alienígenas, em regime de vida paralela, assistidas de todos os recursos técnicos e de saúde que permitam o levantamento imediato de seus padrões culturais. A experiência já está sendo iniciada, com resultados preliminares bem interessantes.

*

* *

As sociedades que se constituíram na Amazônia ainda não puderam vencê-la dominando-a e conformando-a à sua vontade. Parece-me que mesmo na rapidez destas informações, isso ficou evidenciado. Um ensaísta regional,

o Sr. Leandro Tocantins, intitulando seu livro de estréia "O rio comanda a vida", traçou o perfil dessas sociedades. Porque, naquelas realidades sociais tão angustiantes que surpreendemos na hinterlândia amazônica, o que há de positivo é o domínio do meio sobre a humanidade regional.

A Valorização Econômica da Amazônia, senhores do Instituto Joaquim Nabuco, é uma experiência em grande estilo, que vai significar a maturidade brasileira ou a sua imaturidade. Não é obra, evidentemente, de que se possam obter resultados a curto prazo. A recuperação, como tive ocasião de assinalar nesta conversa, envolve a solução de uma série de problemas. E entre eles, ponderantemente, o das condições sociais da região. Os vinte anos que a Constituição fixou como teto mínimo têm, portanto, um sentido relativo. Podem autorizar apenas a constatação de que a política em execução é acertada ou não, deve ou não ser prosseguida. O fator tempo é importantíssimo. A área por recuperar representa dois terços do Brasil. Constitui um deserto. O que estamos iniciando objetiva vencer o deserto, criando vida e assegurando ao homem os padrões a que tem direito como força criadora e não como ornamento paisagístico.



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98).

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

